Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

RECURSOS

A possível limitação da verba repassada para a segurança pública, saúde e educação pode impactar drasticamente áreas onde a extrema pobreza domina no Distrito Federal, como Sol Nascente e Santa Luzia, na Estrutural

Ed Alves/CB/DA.Press



Em Santa Luzia, Everton Moreira cobra mais segurança e atenção do poder público

Ed Alves/CB/DA.Press



Diene Pereira: "É ruim enxergar o tamanho da desigualdade em que vivemos na capital do país"

A importância do FCDF para as regiões pobres

» ARTHUR DE SOUZA
» LAEZIA BEZERRA

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) libera recursos da União destinados anualmente ao Governo do DF para serem utilizados exclusivamente nas áreas de saúde, de educação e de segurança pública. Instituído em 2002, o fundo começou a ser repassado à capital da República a partir do ano seguinte, e é destinado ao pagamento de pessoal, custeio e investimento nessas áreas, consideradas as mais sensíveis e carentes do DF.

De acordo com projeções da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (Seplad) do DF, caso o Arcabouço Fiscal seja aprovado no Senado Federal, nos mesmos termos da Câmara dos Deputados, a projeção é que haja uma perda de R$ 87,8 bilhões até 2033. Isso pode afetar drasticamente a prestação de serviços nas áreas que são supridas pelo fundo, principalmente em regiões conhecidas como Cinturão da Pobreza no DF, conforme explica o coordenador de graduação em economia, gestão pública e financeira do Centro Universitário Iesb, Riezo Silva.

"Essas regiões podem ser ainda mais afetadas com a falta de preservação dos recursos do FCDF. Mesmo com o aporte atual, os valores repassados para a segurança pública, saúde e educação não conseguem contribuir totalmente com o desenvolvimento dessas regiões", destaca. "Diminuir os investimentos no FCDF pode afetar ainda mais a população da capital", alerta.

O **Correio** visitou quatro regiões incluídas nesse cinturão — Sol Nascente/Pôr do Sol, Arapoanga e Santa Luzia — onde a maioria dos moradores relataram dificuldade em encontrar emprego, além da falta de serviços básicos, principalmente de saúde, segurança e educação, gerando um ciclo de privações e limitações nessas comunidades.

Sem esperança

No Sol Nascente, a reportagem encontrou Alice Ericeira, 40 anos, que voltava do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), com dois dos seus seis filhos. Eles foram até o centro de referência em busca de uma cesta básica, mas voltaram para casa com apenas um quilo de farinha e um litro de azeite, recebidos por meio de doação. No Cras, ela foi informada que, para conseguir a cesta, deveria fazer um agendamento por telefone, o que, de acordo com Alice, ela está tentando há dois anos e nunca conseguiu.

Ed Alves/CB/DA.Press



Alice Ericeira, do Sol Nascente, destaca a dificuldade de matricular todos os filhos em escolas públicas da região

Ed Alves/CB/DA.Press



Edna da Silva: "Vivemos largados, sem segurança"

De acordo com a moradora do Sol Nascente, outros tipos de ajuda chegam à família por meio da solidariedade de vizinhos ou de algum visitante que passa pela região. "Eles sempre deixam algum alimento, como um pacote de arroz que dá para comer quase uma semana. Para alimentar minha família no almoço e no jantar durante 20 dias, é necessário pelo menos duas cestas básicas", comenta.

Alice Ericeira veio de São Luís e mora no Sol Nascente há sete anos. Além da falta de emprego para que possa ter uma renda e sustentar as crianças, Alice destaca a falta de segurança do lugar onde mora e a dificuldade de matricular todos os filhos nas escolas.

Escuridão

Não muito distante de Alice, na quadra 701 do Conjunto D do Pôr do Sol, vive Edna da Silva Lopes, 54, junto a cinco pessoas. Com problemas de saúde, ela explica que não consegue mais trabalhar e sobrevive apenas com o dinheiro do benefício que recebe do governo. Além disso, cata latinhas todos os dias nas ruas do bairro para conseguir colocar comida em casa.

Edna também reclama da insegurança do local, que é ermo, deserto, muito escuro durante a noite, ambiente fácil para furtos e roubos. "Vivemos largados, sem nenhum tipo de infraestrutura, de segurança e iluminação. Esse lugar é no meio do nada. Precisamos urgente de socorro, somos pessoas, apesar de vivermos sem nenhum tipo de assistência. O governo precisa olhar para nós, os mais necessitados", clama.

Dificuldades

A 30km de distância do Sol Nascente, no bairro Santa Luzia, na Cidade Estrutural, vive o carroceiro Everton Moreira, 60, em um barraco construído com pedaços de madeira de vários tipos, madeirite, papelão, lona e outros materiais recicláveis. Everton cobra mais segurança na região e reclama das dificuldades quando precisa ir ao hospital. Ele divide o espaço com os filhos depois que a mulher o abandonou, em 2019. Segundo o carroceiro, ela foi embora levando apenas a filha menor do casal e deixou os outros quatro filhos para trás. Atualmente os filhos de 13, 12 e 9 anos, todos sem estudar, foram recolhidos pelo Conselho Tutelar da Cidade Estrutural, após denúncia de que as crianças passavam o dia vagando pelas ruas.

Eles foram levados para um abrigo em Taguatinga. Somente a mais velha Maria Paula*, 14, conseguiu voltar para o bairro depois de fugir do abrigo. A menina mora com o companheiro na frente da casa do pai e, segundo ela, todos os dias é a responsável pela limpeza do barraco e pela comida da família.

Com olhar distante e um sorriso tímido, Everton conta — enquanto dá água à seu cavalo — que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, devido à pobreza, sua maior tristeza é voltar para o barraco e não encontrar seus meninos correndo pelo quintal abarrotado de entulho ou vê-los na rua em frente ao lote. "Quero ter meus pequenos junto comigo, aqui é o lar deles", desabafa.

Desigualdade

A 45km do Palácio do Planalto, em Arapoanga, Planaltina, mora Diene Pereira da Silva, 37. Desempregada e mãe de sete filhos, com idades entre 23 anos e 7 meses de vida, ela abre as portas da casa humilde, localizada em frente uma área de cerrado cheia de lixo, para mostrar a rotina da família, que sobrevive com R$ 600 do Programa Auxílio Brasil e mais R$ 100 de auxílio gás que recebe do governo local.

A filha mais nova de Diene, uma menina com 7 meses de idade, nasceu prematura e, depois de passar quatro meses internada em hospitais públicos, só toma um tipo de leite, o qual custa R$ 50 cada lata, pago com muita dificuldade. "Não é fácil viver em um local assim sem infraestrutura, porém, o mais difícil é a falta de trabalho e de dignidade. É ruim enxergar o tamanho da desigualdade em que vivemos na capital do país. Se em um ponto da cidade existem os ricos, com muito dinheiro e mordomia, do outro lado existe a minha família e muitas outras, que não tem o básico para sobreviver", destaca.

***Nome fictício para não revelar a identidade do personagem**

Continua na página 14